

Qualidade definida

Falar que a sociedade deve brigar pela qualidade do ensino é fácil. Definir o que é qualidade no ensino exige, no entanto, o reconhecimento da diversidade e da desigualdade da sociedade brasileira, a sua história de exclusão e o compromisso a priori com os valores dessa sociedade. Foi essa a empreitada do Conselho Nacional de Educação ao encarar a tarefa de elaborar as Diretrizes Curriculares Nacionais do sistema de ensino brasileiro – o documento que norteia os projetos pedagógicos de toda a rede de ensino do país. Sua relatora para o setor de educação infantil e ensino fundamental, a professora Regina de Assis vê nes-

se documento o grande trunfo da sociedade para analisar e exigir educação de qualidade. Como membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, ela defende a continuidade das políticas de Estado e garante que os conselhos de educação são os canais privilegiados para que a sociedade civil exija dos governos o cumprimento dessas políticas, desatrelando a educação do contexto das diferenças partidárias. Em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, Regina de Assis lembra sua gestão na Secretaria Municipal de Educação do Rio e explica o que são as diretrizes curriculares.

ANA LAGÔA (*)

– Qual é a grande questão da agenda dos educadores hoje?

– A grande questão está nas diretrizes curriculares. Elas estão prontas e isso significa que nosso horizonte está definido, mas é desconhecido ainda dos professores, dos educadores, das secretarias. O decênio da Educação já está acabando. É necessário que haja uma divulgação muito grande das diretrizes votadas pelo Conselho Nacional de Educação. E, além disso, que haja uma discussão do que significa o país estar regido por uma política de Estado que, ao mesmo tempo em que autonomiza o sistema, coloca diretrizes que o sistema tem que acolher, respeitar, integrar.

– O que é a autonomia do sistema?

– Vários países optaram por uma solução mais cômoda e ao meu ver mais polêmica de ter um currículo nacional único. É mais cômodo, porque todo sistema de acreditação e avaliação fica preso a uma proposta única nacional. Assim, do ponto de vista pedagógico, foi sábia a medida adotada por nós educadores que fizemos o lóbi da Lei de Diretrizes e Bases sem a necessidade de um currículo nacional. A autonomia é a possibilidade de que cada sistema de ensino – municipal e estadual – possa gerir a sua educação a nível regional na perspectiva curricular que achar mais adequada. No entanto, nós estamos numa nação e essa nação tem princípios pelos quais ela se rege e esses princípios devem iluminar o caminho de quem vai fazer currículo e orientar propostas político-pedagógicas das escolas. A lei de 96 garante que se possa trabalhar com parâmetros, multieducação, ou outro modelo qualquer, mas tendo clareza das diretrizes curriculares nacionais e seus norteadores.

– Quais seriam esses norteadores que devem orientar os currículos?

– A primeira coisa que se tinha que pensar era: para onde vamos com a educação. Não importa em que sistema, público ou privado. Qual o lugar da escola nesse país que se redemocratiza de duras penas, qual é o nosso lugar de professor? Ficou claro que a primeira diretriz deveria trazer um conjunto de princípios éticos, políticos e estéticos.

– Quais seriam os princípios éticos?

– O que nos pareceu mais expressivo, olhando o Brasil de agora, seria a necessidade de trabalhar com a noção de autonomia do ponto de vista cognitivo e lingüístico, mas numa perspectiva ética. Fazer com que os nossos alunos e nossos professores possam pensar cada vez mais por conta própria. O corolário seria a solidariedade: não dá para fazer proposta pedagógica, seja qual for a orientação curricular, sem pensar nesse binômio – autonomia e solidariedade. A consequência seria a responsabilidade e a opção pelo bem comum.

– Onde se encaixa a democracia?

– Nos princípios políticos que regem os direitos e deveres de cidadania, essenciais à ordem democrática. Pensando na diversidade e desigualdade do país, em todas as suas manifestações religiosas, políticas, culturais, todos têm direito de ter suas escolas, suas ideologias. Mas dentro dos princípios da nação, como a Constituição, a LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Diretrizes Curriculares Nacionais. Esta é a primeira vez, por exemplo, que se tem uma política nacional para a infância brasileira disponível para os pais, entidades, conselhos tutelares,



com material homologado pelo Ministério da Educação, e que serve de base para se exigir qualidade no atendimento às crianças.

– Mais algum princípio?

– Sim, o estético. A preocupação foi com o belo, com o acolhimento da diversidade cultural brasileira, pensando não só nas manifestações artísticas, mas nos modos de ser e de se relacionar. Uma pedagogia da sensibilidade e da criatividade.

– As pedagogias de fora estão de novo em moda. Como as escolas estão lidando com elas?

– Em geral, as equipes das escolas se deparam com as idéias de Cesar Coll, Emília Ferreiro, Freinet e confrontam com a escola que temos, no bairro, na cidade, na fazenda, no Brasil, no continente latinoamericano. A questão é, portanto, como colocar um quadro de conhecimentos e valores como prática pedagógica. Se as escolas se nortearem pelos princípios das diretrizes pedagógicas, esse encontro fica mais harmônico.

– Está em jogo também uma questão de identidade?

– Sim e este é o princípio seguinte. Aquele que trata da identidade dos professores, dos alunos e da própria instituição. Não dá para fazer educação no vazio, ela se dá entre pessoas, buscando a construção de conhecimentos e valores. Você só consegue mobilizar corações e mentes falando para gente de verdade e pensando em que pessoas somos, qual a natureza da nossa instituição, ela tem uma história, ela conta sobre a conquista dessa população do lugar. Quando falamos de identidade estamos falando dos meninos e das meninas, como questão de gênero, mas também nas etnias, na desigualdade social.

– Essa questão deve ser parte do currículo?

– Sim, precisamos ver como as escolas estão contemplando a questão da identidade na construção das propostas pedagógicas.

– Não existe mais a noção de receita de currículo?

– Hoje se fala em paradigmas curriculares. Não mais em receitas.

– Sempre que se fala em proposta curricular o professor responde colocando a questão salarial. Não é assim?

– Sim, nas consultas que fizemos quando estávamos na Secretaria de Educação do Rio, recebemos algumas respostas assim, cobrando salários. Eu costumo dizer que salário, currículo, plano de carreira, novas tecnologias, tudo tem que vir junto. Nesse particular, na Multieducação – o modelo que trouxemos para o Rio – a interação foi muito próxima.

– Retomando a questão do currículo e das rupturas deste momento, não lhe parece que o magistério em geral ainda é prisioneiro de didáticas e metodologias de ensino?

– Os nossos cursos de formação e de licenciatura estão custando muito a entender que não devem mais preparar professores especialistas em metodologia. O professor que precisamos é aquele que entende seu ofício como aquele que constitui valores para adolescentes e jovens em um Brasil em rápidas mudanças desiguais. Fazer currículo hoje não é se pautar pelo autor B ou C. É saber trabalhar com boas idéias, boas teorias, analisar os recursos materiais e humanos, a população real e concreta e organizar isso nos dias de aula e turnos.

– Há ainda a idéia de uma base comum?

– Sim, a lei diz que todo aluno brasileiro tem direito a uma base comum nacional de conhecimento e que o currículo pode ser complementado com o que recebeu o nome de parte diversificada, que eu não considero o melhor nome. Nessa base comum ficaram as áreas de conhecimento, que não chamamos mais de disciplinas ou matérias. Elas rompem com esse rótulo, esse conceito reducionista. Em seguida pensamos no que importa para nosso bairro, nossa cidade, nosso país, nossa vida cidadã. Qual o lugar da escola nisso? Foi ficando mais claro que seria bom ampliar a idéia da Multieducação, que é a

intersecção das áreas de conhecimento: língua materna, língua portuguesa, ciência, matemática, geografia, história, língua estrangeira, educação artística, religiosa e física. Articular essa base com aspectos da vida cidadã nacional. Para isso escolhemos os aspectos que seriam mais candentes neste momento: a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o mundo do trabalho, o mundo da ciência e da tecnologia, o meio ambiente, as linguagens. Esses temas e as antigas matérias se entrecruzam. Pensamos até em agrupar tudo isso em três grandes áreas, como faz a Guiomar Namo de Melo para o ensino médio: linguagens, ciências sociais e ciências exatas. Mas como este seria, para muitos, o primeiro contato com essa concepção de currículo, preferimos manter o outro formato.

– Qual a diferença entre diretrizes e parâmetros?

– As diretrizes definem uma política de Estado, que não depende das gestões de governo. Os parâmetros são uma decisão de política educacional da atual administração que pode persistir ou não. As diretrizes são obrigatórias, os parâmetros não. Mas esperemos que as redes públicas tenham maturidade para avaliar esses parâmetros e aperfeiçoá-los. As diretrizes saíram do Conselho Nacional de Educação, que é um órgão de Estado e não de governo. Os conselheiros são indicados por órgãos da sociedade civil. E elas devem estar acima dos interesses político-partidários. É claro que os interesses fazem parte da vida democrática, mas em educação é preciso que se dê tempo para que diretrizes sejam entendidas pela população, aplicadas, avaliadas e aperfeiçoadas. Por isso, precisam ser divulgadas, para que possam orientar as propostas de práticas pedagógicas.

(*) lagoa@jb.com.br

Continua na página 2